



TERRITORIALIDADE CATÓLICA NA AMAZÔNIA: UM EXERCÍCIO DE PERIODIZAÇÃO

■ MÂRCIO FERREIRA NERY CORRÊA*

RESUMO

PRIVILEGIANDO A RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE ESPAÇO E TEMPO, O PRESENTE ARTIGO PROCURA APRESENTAR O COMPORTAMENTO TERRITORIAL DA IGREJA CATÓLICA NA AMAZÔNIA NO INTERVALO DE TEMPO QUE SE INICIA NO SÉCULO XVI E PERDURA ATÉ OS DIAS ATUAIS, INÍCIO DO SÉCULO XXI. TRATA-SE DE UM EXERCÍCIO DE PERIODIZAÇÃO DA TERRITORIALIDADE DE UMA INSTITUIÇÃO RELIGIOSA CUJA AÇÃO PRECEDE O TEMPO E O ESPAÇO REQUERIDOS NA ATUAL PROPOSTA E CONTINUA PUJANTE NA IMPLEMENTAÇÃO DE SUA ORDEM TERRITORIAL E NA SUA INTERAÇÃO COM O ESPAÇO AMAZÔNICO.

PALAVRAS-CHAVE: TERRITORIALIDADE, PERIODIZAÇÃO, AMAZÔNIA.

INTRODUÇÃO

Levando-se em consideração a dimensão política de uma análise espacial, é possível afirmar ser amplamente aceito, tanto nas Ciências Sociais, de modo particular, quanto nas Ciências Humanas, de modo geral, o fato de a territorialidade ser um atributo comportamental intrínseco ao indivíduo social e aos seus grupos organizados. Robert Sack (1986) foi um dos autores que melhor definiu essa idéia. A Instituição Católica insere-se nessa verdade e apresenta, tal como todo grupamento humano, uma nítida dimensão espacial em suas ações institucionais.

Secularmente, a divulgação da doutrina católica, pautada na manifestação da fé, sempre requereu os serviços especializados prestados por profissionais religiosos, isto é, por um corpo sacerdotal capacitado. Esses agentes responsáveis pela difusão da “Santa Fé” muitas vezes engendraram estratégias de melhor adaptação ao meio, favorecendo o devido acesso a apropriação e o controle do espaço previamente selecionado.

Na Roma antiga, nos tempos do Imperador Constantino, e, mais tarde, do Imperador Teodósio, o Estado se associou à Igreja, passando ambos a desfrutarem de interesses comuns e a compartilharem dos mesmos meios para expandir os seus territórios. Assim, a expansão do território romano muitas vezes se confundia com a expansão do território diocesano e vice-versa. No Brasil, e mais especificamente na Amazônia, a

lógica expansionista do conquistador lusitano não fugiu a esse exemplo de aliança entre Estado e Igreja que deu certo no passado. Foi essa associação que possibilitou a posse da Amazônia pelo Império Português, ao passo que também consolidou a Religião Católica como sistema religioso soberano, único e exclusivo na hileia do período colonial.

O Regime de Padroado, que dava sustentabilidade oficial ao “conúbio” político-gestor existente entre Igreja e Estado, não perdurou. As conjunturas política, econômica e social mudaram, assim como também mudaram a importância e o grau de interação da Amazônia com o Brasil e com o mundo, exigindo reestruturação no padrão territorial por parte da Igreja.

Diante dessa problemática e considerando a contribuição de Sack (1986) no tocante à necessidade de uma contextualização e periodização históricas da ação territorial, o objetivo deste artigo é conduzir o leitor à identificação do comportamento territorial da Igreja Católica na Amazônia, considerando o lapso de tempo que abrange o início do processo colonizador até o limiar do século XX e início do XXI. Na observância desse recorte temporal, esta proposta preza por destacar o que há de geral e o que há de particular na territorialidade católica na Amazônia, tendo por base a difusão de unidades diocesanas e considerando distintos períodos nos quais se destacam diferentes realidades da totalidade social que abrange cada etapa do mencionado processo difusor.

Não é intenção do presente artigo dispor-se à compreensão da territorialidade de cada grupo que compõe a Igreja (ordens religiosas e/ou representações leigas), mas tão somente dedicar-se à compreensão da atuação político-estratégica da Igreja na busca de acesso, estabelecimento e controle territorial na Amazônia, mediada pela difusão diocesana ao longo do tempo proposto. Ou seja, trata-se de uma proposta desafiadora cujo objetivo é elaborar uma seqüência histórico-geográfica do processo de gênese e difusão de dioceses e concomitante constituição de um vasto território católico na Amazônia.

Para tal desiderato, faz-se necessário perfilar algumas diretrizes metodológicas que elucidarão a proposta. Dentre elas, tenciona-se suscitar alguns breves esclarecimentos em torno do recorte espacial escolhido - a Amazônia. Outrossim, busca-se tecer algumas reflexões em torno do arcabouço teórico notadamente empregado neste artigo, no caso, tanto uma breve menção ao fenômeno da difusão de idéias, quanto uma ênfase àquilo que os geógrafos denominam apropriadamente de análise entre a relação espaço-tempo, envolvendo a noção de *periodização*.

Após as considerações teórico-metodológicas, buscar-se-á a meta do texto, isto é, apresentar-se-á uma periodização da territorialidade católica na Amazônia, conforme se disse, territorialidade esta mediada pela difusão de unidades diocesanas, no intervalo temporal que vai do século XVI, início do processo colonizador, até os dias atuais, princípio do século XXI.

1 - AMAZÔNIA. QUE AMAZÔNIA?

Dita de forma tão genérica, a palavra *Amazônia* nem sempre elucida muita coisa, sobretudo para nós geógrafos, tão acostumados com *Amazônias*. A satisfação dada ao leitor no tocante ao recorte amazônico aqui considerado parte do preceito da clareza objetiva que se almeja no presente artigo.

Entende-se como Amazônia o mesmo espaço abstrato denominado pelo IBGE de Região Norte, ou seja, é a região que abrange os estados federativos brasileiros do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Pará, de Rondônia, de Roraima e do Tocantins. Apesar de ser passível de críticas, sobretudo daqueles estudiosos tão acostumados ao recorte da *Amazônia Legal*, o presente recorte

espacial parte do pressuposto de que não é a problemática que se molda a um recorte pré-concebido, mas é o próprio recorte, entendido enquanto exercício de abstração espacial, que se molda à problemática traçada, no caso, à territorialidade católica. Desta feita, é clara a liberdade de se trabalhar com tal ou qual recorte amazônico. Preferiu-se, neste caso, partir-se da problemática em si, processada com base nos dados primários oriundos do Anuário Católico do Brasil (2000).

A experiência gestora-eclesiástica nacional, vivenciada pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), produziu uma divisão regional das atividades eclesialístico-pastorais em todo o Brasil. Todavia, nem sempre tais *regionais*, como são chamadas as regiões traçadas pela mencionada instituição, compatibilizam-se com as regiões do IBGE ou com qualquer outro tipo de regionalização academicamente reconhecido; assim, coube ao recorte espacial aqui adotado moldar-se à lógica espacial da territorialidade católica identificada no processo de gênese e difusão de unidades diocesanas na Região Amazônica, e não propriamente à lógica regional da Igreja, muito menos à lógica aplicada no recorte da Amazônia Legal, que privilegia sobretudo a problemática do processo de integração regional ao restante do Brasil e, conseqüentemente, ao capitalismo nas suas formas industrial e financeira.

A lógica do recorte espacial aqui adotada não privilegia outra problemática senão a da territorialidade católica, mas também não negligencia quaisquer relações existentes entre a realidade da totalidade social e a territorialidade católica em si, mesmo aquelas que também envolvem o processo integrador da Amazônia ao restante do Brasil.

2 - BREVES COMENTÁRIOS SOBRE A RELAÇÃO ESPAÇO-TEMPO E A NOÇÃO DE PERIODIZAÇÃO

O proposto exercício de periodização aplicado ao presente artigo parte do acordo geral existente em torno da necessidade de se introduzir a dimensão temporal aos estudos da organização do espaço (Silva, 1995; Santos, 2003; entre outros).

Segundo Silva (1995, p.46), "a única coisa constante na história do homem é a mudança. (...) o espaço enquanto produto social deve ser analisado em permanente mutação". A essa noção, Silva (1995) e

Santos (2003; 2004) entre outros autores, relacionam a importância dos estudos sobre a difusão de idéias que envolvem necessariamente a dimensão temporal. Assim, como se está apresentando neste artigo os meios que caracterizam o fenômeno territorial católico, isto é, a difusão da fé católica doutrinária através da difusão de unidades territoriais diocesanas, cabe agregar a este fenômeno espacial a *dimensão temporal de análise*, posto que "(...) muitos aspectos geográficos requerem um estudo histórico para uma explicação satisfatória de como chegaram a estar onde estão". (Santos, 2003, p. 42-43).

Nada obstante a importância do fator tempo nas análises geográficas, Santos (2003, p.42) afirma que nem sempre isso é feito de maneira laboriosa. O eminente geógrafo diz não faltar "à *pré-história* da Geografia estudos empíricos sobre a propagação de raças, linguagens, religiões, (...) e todas as outras características distintivas das civilizações. Acontece que elas foram feitas à base de uma história muito fragmentária."

Para evitar-se o erro das análises espaço-temporais limitadas e truncadas, enfatiza-se a importância da compreensão de que a história de um dado lugar é construída tanto de elementos locais, desenvolvidos ali mesmo, como de elementos extra-locais, resultantes da difusão; e que a definição de um lugar pressupõe uma análise do impacto seletivo, em diferentes épocas, das variáveis correspondentes (Santos, 2003).

Silva (1995, p.45) também demonstra concordar com a análise de Santos (2003), e locupleta-a, ao asseverar que

(...) a difusão de inovações impõe a coexistência e superposição de formas espaciais de períodos diferentes e contraditórios, um passado e um futuro, em que alguns elementos do espaço desaparecem enquanto outros se desenvolvem. A evolução do espaço tem, portanto, a difusão de inovações como um dos processos de geografização de um conjunto de objetos e fenômenos sociais de diferentes eras. Daí a noção de espaço ser parte constituinte e constituída pela idéia de tempo. Cada fenômeno socioespacial difundido em seu

tempo específico dentro de uma totalidade que se apresenta como um mosaico de eras. Nesse sentido, tornam-se imprescindíveis periodizações específicas para esses fenômenos que geram uma diferenciação espaço-temporal.

Daí a noção de que os processos de difusão devem ser caracterizados por cada momento histórico, pois os fatores impulsionadores do fenômeno são particulares a cada fase da difusão.

Quanto a isso, Santos (2003, p.44) aponta que para ser efetiva, a geografia deve seguir dois caminhos paralelos:

Por um lado, ela deve levantar a história da mudança de um dado lugar ao longo de um segmento de tempo selecionado; por outro, ela deve acompanhar a disseminação de um ou mais fatores de [inovação] sobre uma porção do Globo mais ou menos dimensionável. Talvez seja por esta razão que Jean Brunhes considera a geografia histórica "o aspecto mais complicado da geografia humana", uma vez que ela é ao mesmo tempo "o empreendimento mais audacioso e aventureiro e, todavia, aquele que (...) em virtude de uma singular ilusão tem parecido o mais fácil" .

Notar-se-á, então, que em cada período, em cada recorte têmporo-espacial específico, o pesquisador necessariamente se defrontará "com a presença simultânea de heranças do passado e de elementos do futuro. A periodização é, neste sentido, a História espacializada, espacializando-se e a espacializar-se" (Corrêa, 1987, p.40). Por outro lado, pode-se observar também que o espaço preexistente condiciona e reflete os impactos da ação dos agentes propagadores da inovação (Silva, 1995); assim, não é surpreendente dizer que, no caso próprio da organização do espaço amazônico, a ação católica aparece imergida em contextos sócio-espaciais ora como protagonista do arranjo espacial momentâneo, ora como coadjuvante em uma dada época específica na qual o arranjo já se metamorfoseou. À guisa de esclarecimento desta observação, basta assinalar, sobretudo no que tange à rede urbana amazônica, a presença religiosa pioneira

da Igreja Católica, intermediada pelas aldeias missionárias, efetivamente agindo na fundação de futuros núcleos urbanos; neste caso, a ação católica aparece como protagonista. Mais tarde, são as cidades que condicionam o crescimento diocesano; assim, em outro momento, a ação católica passa a aparecer como coadjuvante.

No fenômeno difusor, é importante considerar também cada etapa do padrão espacial que o processo desencadeia. Assim, ao se considerar uma rede diocesana como padrão espacial atual resultante da difusão católica, pode-se inferir que cada um dos seus segmentos possui o seu próprio tempo espacial. O exercício de periodização constituir-se-á, então, num autêntico condutor do resgate têmico-espacial que levou à atual configuração do território católico na Amazônia.

A variedade e intensidade dos processos gerais a que uma região é submetida, implica a definição dos períodos com que se pode dividir a História em uma dada região. Esses períodos certamente não apresentam a mesma duração; eles podem ser longos ou curtos, pois são espaço-temporalmente desiguais.

Certamente as diferenças entre os tempos espaciais dos diversos segmentos integrantes da rede diocesana são muito grandes. Razão disso está no fato de alguns destes segmentos incorporarem várias etapas da História, ao passo que outros só incorporam o espaço-tempo atual. A esse respeito, diz-nos Corrêa (1987, p. 40) que as diferenças refletem os momentos históricos em que cada segmento foi gerado.

O modo como cada um dos segmentos mantém a continuidade de sua existência presente, acaba expressando variáveis que têm significados e pesos específicos dentro da totalidade social. Isto significa que em termos espaciais a ação dos processos gerais não se dá com a mesma intensidade, podendo manifestar-se intensamente em uma dada área e não manifestar-se ou fazê-lo fracamente em outras. A periodização verifica-se de modo espacialmente desigual.

Num exercício de periodização, outro fator importante, senão primordial, é a definição da escala espacial do fenômeno difusor a ser estudado; assim, assevera-se que quanto maior for a escala, menor será o

espaço a ser analisado e, portanto, mais complexa se tornará a periodização, uma vez que ela refletirá uma particularização mais aguda dos processos gerais que afetam regiões maiores, e esta referida particularização significará um fator de diferenciação espaço-temporal (Corrêa, 1987).

Assim, observadas várias nuances pertinentes à periodização, em que se enfatiza a importância da dimensão temporal na análise de um fenômeno espacial tal qual a difusão de idéia (no caso, difusão da fé), propõe-se para o próximo item um exercício de periodização da difusão católica pautado nas seguintes diretrizes:

i. Considerar a dinâmica da totalidade social composta combinadamente pelas instâncias econômica, jurídico-política e cultural. Trata-se de instâncias que contêm e estão contidas em uma dimensão espacial.

ii. Inserir no contexto da totalidade social a História da Igreja na Amazônia, estabelecendo relações que possibilitem acompanhar o comportamento territorial da referida instituição.

iii. Destacar o conjunto de práticas espaciais oriundas da gestão eclesial das dioceses ao longo dos períodos, enfatizando, sempre que possível, os contextos sócio-espaciais que envolvem a lógica de seletividade/antecipação/marginalização espacial que a Igreja se utilizou para criar ou não uma diocese ou prelazia; da mesma forma, diz-se com relação às práticas de remembramento e desmembramento que dão origem ou determinam a extinção de dioceses ou prelazias. Esta diretriz trata diretamente do cerne da questão da lógica territorial da Igreja na Amazônia, que é saber em que circunstâncias uma diocese ou prelazia foi criada e quais foram os meios empregados.

iv. Destacar o padrão espacial de uma difusão por hierarquia, relacionando-o necessariamente à rede urbana amazônica, pois sabe-se que “a hierarquia urbana canaliza o curso da difusão (...)” (Silva, 1995, p. 32).

Será visto, no decorrer da periodização, que cada período da difusão da fé na Amazônia comportará diferentes espaço-temporalidades, em que cada instância da totalidade social se comportará de uma forma distinta, cada fase histórica compreenderá uma certa prática espacial, cada diocese ou prelazia surgirá num dado contexto. Esse é o exercício de periodização que se propõe.

Outros tantos métodos de periodização da difusão católica são possíveis, porém, acredita-se serem as diretrizes acima capazes de darem conta do que se pretende no presente artigo. Ademais, pode-se perceber que tais diretrizes guardam entre elas uma inter-relação, e, por essa razão, não são e nem podem ser distintamente analisadas, pois compõem o todo analítico que se almeja na periodização.

Assim, elucidadas as diretrizes e os meios instrumentais necessários a uma periodização, seguem-se, no próximo item, os períodos que ajudarão a compreender a atual estrutura territorial católica na Amazônia.

3 - PERIODIZAÇÃO DA TERRITORIALIDADE CATÓLICA NA AMAZÔNIA

A ação territorial da Igreja Católica hoje acontece em grande parte através da implantação, manutenção e ampliação de uma rede de unidades territoriais diocesanas. A difusão da fé doutrinária se efetua por meio da própria disseminação diocesana, pois se pode afirmar ser este o meio estratégico mais eficaz, uma vez que é a unidade territorial diocesana o *locus* onde se dá o controle eclesiástico efetuado pela gestão episcopal (Rosendahl, 2002). São os bispos os agentes religiosos especializados que detêm o forte poder hierárquico de criação e difusão de novas dioceses, fazendo-se suscitar diferentes práticas espaciais, tais como as da *seletividade*, do *desmembramento* ou do *relembramento*, entre outras.

Todavia, nem sempre a territorialidade se deu por intermédio da difusão de dioceses. A constituição e a expansão dessas últimas só se efetivou após a ineficácia de outro meio estratégico histórico representado pela disseminação das aldeias missionárias. Estas últimas foram pioneiras, e

representaram, nos primórdios da ocupação territorial amazônica, o meio estratégico que melhor desempenhava os interesses lusitanos na região.

Atentando-se a esse detalhe histórico relacionado à peculiar estratégia de acesso e controle da Igreja no espaço amazônico através das *missões religiosas*, bem como considerando a gênese e a evolução do processo difusor de dioceses, pode-se considerar pelo menos quatro distintos períodos concernentes à territorialidade católica, a saber:

(i) Primeiro período: Do início do processo colonizador à Reforma Pombalina: a onipresença das ordens missionárias. Tal período compreende o início do século XVI e vai até o ano de 1750.

(ii) Segundo período: Do Diretório Pombalino (1750) e Reformulação Católica na Região ao início do Processo de Romanização (1840);

(iii) Terceiro Período: Do início do Processo de Romanização (1840) à Decadência da Economia Gomífera (1920);

(iv) Quarto Período: A Igreja do final da década de 1920 à atualidade: a constituição de um vasto território religioso.

Prossegue, adiante, a caracterização de cada período proposto.

3.1 - PRIMEIRO PERÍODO: DO INÍCIO DO PROCESSO COLONIZADOR À REFORMA POMBALINA

Precedendo o início do controle episcopal sobre o processo difusor da fé, este período representa, em verdade, o contexto que envolve a expansão e ocupação territorial da Amazônia pelo Estado português até o ano de 1750, no qual o papel das aldeias missionárias, geridas pelas ordens religiosas, se fez de fundamental importância. São as ordens religiosas - e não ainda o poder episcopal - as responsáveis pelo início da difusão da Fé Católica.

Não se trata propriamente de um projeto de difusão da Igreja, feito por meio hierárquico, isto é, por meio da difusão de dioceses, mas do Estado português, que queria se fazer presente através dos seus valores culturais, cujo traço mais marcante era a religião. Nas palavras de Azevedo (2004, p.111), "(...) a Igreja era uma instituição subordinada ao Estado e a religião oficial funcionava como instrumento de dominação social, política e cultural.

Segundo Abreu (1997, p.198) “as formas de apropriação territorial introduzidas no Brasil a partir do século XVI têm sua origem na idade média ibérica, mais especificamente no processo de reconquista cristã dos territórios ocupados pelos sarracenos” .

Toda a terra brasileira colonizada era propriedade da Coroa Portuguesa, porém, estava sujeita à jurisdição espiritual da *Ordem do Cristo*. Segundo Abreu (1997, p.209-210), a referida *ordem* foi uma instituição religiosa criada por bula papal, em 1319, para manter no Reino português antigos bens da Igreja possuídos desde muito tempo nas terras lusitanas.

De início a Ordem de Cristo teve existência autônoma em relação à Coroa (...). Aos poucos ela começou a financiar o projeto marítimo português. Para justificar o processo expansionista, solicitou então D. João I a Martinho V que concedesse a Portugal o domínio temporal sobre as terras descobertas ou conquistadas (...). A partir daí os interesses da Ordem e os da Coroa passaram a se identificar cada vez mais, como provam éditos papais emitidos durante o século XV.

Assim, pela bula Cuncta Mundi, de 8 de janeiro de 1454, Nicolau V acrescentou ao domínio temporal a jurisdição in spiritualibus, que ficou conhecida como o padroado, e que consistia no privilégio concedido à Coroa de cobrar o dízimo eclesiástico nas conquistas para aí erigir dioceses e sustentar a religião e o culto. Todavia, como era a rica Ordem de Cristo que financiava o projeto expansionista luso, solicitou a Coroa que o padroado fosse transferido a essa milícia, o que foi autorizado por Calixto III através da bula Inter Coetera, de 13 de março de 1456. Grão-mestre da Ordem de Cristo desde 1485, ao assumir o trono dez anos mais tarde D. Manuel I enfeixou pela primeira vez as duas dignidades na mão do Rei, situação que permaneceu com D. João III, tornando-se definitiva em 1551, quando o papa Júlio III, através da bula Praeclara clarissimi, determinou que, daí por diante, fosse o grão-mestrado da Ordem exercido pelos monarcas lusitanos.

Quando os portugueses tomaram posse do território brasileiro, exercia, pois, El Rei tanto o domínio temporal sobre as terras conquistadas, como também espiritual. Eram poderes distintos, mas, como estavam nas mesmas mãos, acabaram por se confundir (...).

O padroado acompanhou o processo histórico de ocupação territorial da Amazônia, tornando indissociável o processo colonizador lusitano de toda a ação Católica na região. A esse respeito, Fragoso (1992) aponta que a História da Igreja na Amazônia, durante quase todo o período colonial, girou, de modo ordinário, em torno de dois pólos que se complementam: a política de ocupação territorial e a ação cristianizadora dos missionários religiosos. Por esse motivo, é de sobremaneira verdade dizer que o projeto colonizador do Estado português centrou-se, concomitantemente, na *Difusão da Fé Católica* e na ampliação do *Império Lusitano* na Amazônia (Fragoso, 1992).

Neste sentido, é sintomático o fato do rei alegar, como fundamento jurídico de seu direito a esta “expansão” da Fé e do Império, não uma atribuição ou um direito a si confiados pelos papas, mas sim um encargo oferecido pelo próprio “Deus nosso Senhor”, isto é, uma missão divina especial (Fragoso, 1992). Dessa forma, o expansionismo português tinha, pois, como principal suporte ideológico o cristianismo missionário, não sendo a Igreja senão um importante instrumento do projeto colonizador - nada mais que isso.

Segundo Hoornaert (1992a), foi por volta de 1540 que a Amazônia começou a ser conhecida na Europa, sempre através de uma linguagem fantástica, superlativa. Era o momento de expansão do sistema mundial do século XVI, e o que marcava essa fase inicial do capitalismo era o processo de acumulação de metais preciosos (ouro, prata etc.).

Percebe-se claramente como começou o processo colonizador na Amazônia, cujos métodos extrapolavam aquelas fronteiras. O colonizador tinha a idéia premente de que a sua cultura, os seus valores e, sobretudo, a sua religião (um dos mais fortes traços culturais dos ibéricos) prevaleciam sobre qualquer sistema de valores manifestado pelos habitantes do “Novo Mundo”.

Nesse contexto, Corrêa (1987) assevera que a incorporação da Amazônia ao emergente sistema capitalista muitas vezes se fez a partir da criação de núcleos urbanos destinados ao desempenho de duas funções: primeiro, servir como ponto de defesa do território face às pretensões de outros países; segundo, servir como ponto de penetração e conquista do território. Esse foi o caso, por exemplo, de São Luís, fundada pelos franceses em 1612 e conquistada pelos portugueses em 1615. “Não é outra a origem de Belém (...)” (Corrêa, 1987, p. 43).

Aos poucos os mercantilistas estrangeiros foram sendo expulsos, aproximadamente entre 1616 e 1647, e os portugueses foram avançando sem saber ao certo os limites da Tordesilhas; nesse ínterim, a administração do Estado português foi apoiando estes avanços, e, para facilitá-los, desmembrou as capitanias de Maranhão, Pará e Cumã do restante da colônia portuguesa na América do Sul, fundando o Estado do Maranhão (porção norte da colônia lusitana) e o Estado do Brasil (porção sul da mesma colônia), ambos desvinculados político-administrativamente entre si, mas diretamente vinculados a Lisboa (Hornaert, 1992a).

Segundo Hornaert (1992a, p.57), três foram as instâncias que conquistaram a área amazonense, expulsando os estrangeiros e ampliando o vasto território da colônia lusitana:

(...) os soldados com seus fortes (casas fortes, fortalezas), os comerciantes com suas feitorias e os padres com suas aldeias de índios. O soldado fechava os caminhos para os concorrentes de outras nações européias, o comerciante abriu o caminho de exportação para a metrópole e o padre segurava a presença da mão-de-obra .

Em tese, pode-se dizer que a “parceria” entre Igreja e Estado na empreitada colonizadora gerou vantagens recíprocas, uma vez que a difusão da fé atendia tanto a interesses mercantis e culturais/ideológicos do Estado, quanto a interesses políticos da própria Igreja, que via a possibilidade de ampliação do seu território religioso numa região inóspita e longínqua como a Amazônia. No que tange aos interesses mercantis e culturais/ideológicos do Estado, a ação missionária, via evangelização, possibilitava a aculturação e

conseqüente pacificação dos índios aldeados, tornando fácil a possibilidade de mercadores transformá-los em mão-de-obra barata, senão escrava.

O projeto expansionista dos reis de Portugal precisava, portanto, de uma falange de profissionais especializados que se dedicasse de corpo e alma “ao serviço de Deus e Sua Majestade” no labor de dilatar as fronteiras da Fé e do Império Luso. Essa falange fora formada de modo especial pelos religiosos das diversas ordens missionárias.

Pode-se mesmo afirmar que, tal como aconteceu na colonização do litoral nordestino, a ação missionária foi insistentemente solicitada pelo governo português na colonização da Amazônia. Hornaert (1992a) revela que uma das famosas leis de expansão mercantilista serviu para legitimar a insistência: *Cuius régio, illus et religio*. (o dono da região é igualmente dono da religião nela praticada) (p. 55); assim, a difusão da fé católica, apesar de ter nos religiosos os principais agentes propagadores junto aos indígenas e colonizadores (soldados, mercadores e funcionários da administração colonial), teve na figura do Estado português o mentor incontestado da implementação do catolicismo no Brasil e na Amazônia. Foi o Estado, no início do processo colonizador, por condições impostas pelo regime de padroado, o grande difusor ultramar da fé católica, e não a Igreja em si, Igreja esta vinculada à estrutura hierárquica centralizada no Vaticano.

Com tal política em vigor, os profissionais religiosos, isto é, os missionários, seguiram passo a passo os militares nas expedições colonizadoras, e tinham nos pajés os seus piores inimigos, pois esses últimos eram responsáveis pela coesão indígena em nome da religião antiga, dificultando a aceitação imediata da fé difundida por contágio.

Os religiosos rapidamente se espalharam pelo sistema fluvial do baixo Amazonas e pelos inúmeros canais da grande bacia hidrográfica amazônica, desde Amapá até o rio Tocantins. Foi justamente durante todos esses processos colonizador, expansionista e de difusão católica que a cidade de Belém veio a se destacar enquanto foco inicial da ação católica, pois facilitava a penetração das missões na grande bacia.

A proeminência de Belém, garantida pela posição geográfica privilegiada, dá curso ao processo

expansionista do projeto colonizador, multiplicando-se na bacia amazônica o número de fortificações, feitorias e aldeias missionárias.

Acontece que, naturalmente, os interesses mercantis das empresas não correspondiam aos interesses humanitários da Igreja, cuja luta era justamente a preservação da liberdade dos índios, isto é, a sua não escravização. A *práxis* cristã na Amazônia consistia na condenação sistemática de qualquer tentativa de abuso nesse sentido, e procurava reivindicar freqüentemente junto ao rei uma tomada de posição régia contra os interesses privados desses colonos.

Nessa “queda-de-braço” entre colonos-mercadores e missionários, venceram os primeiros, apesar dos últimos terem inicialmente logrado grandes conquistas através do “Regimento das Missões”. Esse “Regimento”, datado em 1686, foi uma lei régia que estabeleceu concessões especiais às ordens missionárias (principalmente à Companhia de Jesus) no tocante ao estabelecimento de aldeias missionárias e ao aprisionamento de índios. Essas concessões especiais eram feitas em detrimento dos interesses particulares dos colonos-mercadores; por isso é que nasce daí a oposição sistemática desses últimos em relação aos missionários.

O perfil contraditório da missão católica, de defesa do índio e privilégio sobre o usufruto da sua mão-de-obra garantido pelo “Regimento”, ocasionou mais tarde o enfraquecimento das ordens religiosas e conseqüente processo de expulsão definitiva da Amazônia. Todo o patrimônio acumulado pelas ordens missionárias (inúmeras fazendas, entre outros bens), as suas atividades mercantis e o grande controle que exerciam sobre a mão-de-obra local (os índios) iam de encontro aos interesses mercantis das principais empresas coloniais e, conseqüentemente, do próprio Estado, que já no tempo de Marquês de Pombal apoiava integralmente as atividades econômicas em detrimento das atividades missionárias. Estes fatos históricos explicam em parte o porquê da difusão não ter se dado de forma contínua e plena através das ordens missionárias.

É importante frisar que o controle episcopal em si era fortemente limitado, não se fazendo pleno na

grande hiléia. O mesmo acontecia no restante do Brasil durante o período colonial. Rosendahl & Corrêa (2003, p.5) asseveram que

três aspectos merecem destaque. Em primeiro, a escassez de dioceses e de bispos em áreas extremamente amplas. O processo de criação de dioceses era lento e esporádico. Outro aspecto importante a ser ressaltado são as longas vacâncias entre um bispo e outro na gestão da diocese. As possíveis causas dessas vacâncias prolongadas foram de ordem política: constantes desencontros entre a Coroa portuguesa e a Santa Sé, e a estrutura peculiar do padroado no Brasil. O terceiro aspecto refere-se à profunda dependência dos bispos ao poder real (...). O verdadeiro chefe da Igreja e, por conseguinte, da missão evangelizadora era o rei e não o papa. Dentro desta dependência a criação de dioceses durante o período colonial dependia do poder real. Foram em número reduzido e não correspondiam às exigências da Igreja no Brasil. Os bispos eram considerados nobres vinculados à coroa real e, portanto, a atuação religiosa deles estava limitada, com freqüência, aos interesses da Coroa no Brasil.

Por essa razão, durante o imenso período colonial, é fácil entender que havia apenas uma única diocese criada exclusivamente para a região amazônica. Foi em Belém, com a sua proeminência já anunciada, que se instalou, na vasta região amazônica, a mencionada primeira diocese - Diocese de Belém (1719). Tratava-se de uma solicitação das ordens missionárias, sobretudo da Companhia de Jesus, para que o controle episcopal viesse amenizar de mais perto os abusos empreendidos pelos expedicionários, abusos esses ligados de sobremaneira ao genocídio indígena.

É importante frisar que a única diocese desse período certamente se mostrou incapaz de desempenhar plenamente a missão de controle episcopal do vasto território amazônico: primeiro porque o ambiente físico (florestas e igarapés) era de difícil penetração, segundo (o principal motivo!) porque a Igreja não tinha autonomia dada pelo Estado português para atuar eclesiasticamente de forma indiscriminada na região;

o papel religioso era desempenhado pelas ordens religiosas, que atuavam segundo os interesses do Estado e com a ajuda indireta da ação episcopal da Igreja.

3.2 - SEGUNDO PERÍODO: DO DIRETÓRIO POMBALINO E REFORMULAÇÃO CATÓLICA NA REGIÃO AO INÍCIO DO PROCESSO DE ROMANIZAÇÃO

Não obstante o fundamental papel da ação missionária no tocante ao processo expansionista na região, o marco do ano 1750 representava, além da consolidação do território lusitano naquelas regiões através do Tratado de Madrid, o início de todo o processo que desencadeou na expulsão dos missionários na Amazônia, pois morria o rei D. João V e no lugar dele assumia a coroa o rei D. José I, tendo por primeiro-ministro o Marquês de Pombal - o "déspota esclarecido".

É no Governo Pombalino que se verifica a legitimação da posse territorial da Amazônia frente a nações inimigas (com destaque para os espanhóis) e a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão. Ambos os acontecimentos representavam as principais aspirações pombalinas, aspirações estas que se centravam, de todo o modo, na consolidação da posse sobre a grande região amazônica, vista enquanto fonte inesgotável de matéria-prima destinada ao então nascente capitalismo industrial, e na estruturação produtiva e comercial da Amazônia, cujo objetivo era inseri-la na divisão internacional do trabalho. (Dias, 1970; Corrêa, 1987; Machado, 1989; Neto, 1992; entre outros).

Com base nesse projeto estatal que já não consistia mais na difusão da fé, mas na consolidação da posse territorial da Amazônia e do seu aproveitamento econômico, o Governo Pombalino efetuou uma série de medidas que alteraram por completo o panorama econômico, urbano, social, político e, também, religioso. A alteração desse quadro da totalidade social passou por um processo de desmonte da estrutura antiga baseada e centralizada no "Regime das Missões". Iniciou-se um período de profundas transformações na ação católica através de algumas medidas que afetaram de modo determinante o caráter e o funcionamento das várias ordens e instituições que, até 1750, tinham uma feição nítida e quase exclusivamente missionária. O

conjunto dessas medidas ficou conhecido como "Diretório Pombalino", e, no que diz respeito ao papel da Igreja na Amazônia, esse diretório efetivou uma verdadeira "reformulação católica" para a região.

A primeira medida referia-se a uma reformulação da política indigenista para a Amazônia, na qual se prezava uma vinculação direta do poder régio em relação à colônia, excluindo completamente a intermediação entre colônia e coroa através das missões. A administração temporal dos índios, base essencial sobre a qual se apoiava o "Regime das Missões", foi contestada e desbancada por inúmeras leis e regulamentos baixados sobre a Amazônia entre 1755 e 1759. É nesse período, por exemplo, que se percebe a total ausência de profissionais religiosos voltados à prática pastoral, à catequese, enfim, às práticas efetivamente responsáveis pela difusão da fé. Tal difusão passa, então, a não ser mais uma política de Estado. Quem deveria voltar-se a este objetivo era a própria Igreja, cuja tarefa, todavia, parecia tornar-se extremamente difícil, senão quase impossível, uma vez que os meios necessários para o controle episcopal ainda eram escassos: a Diocese de Belém mantinha-se ainda como a única unidade eclesiástica voltada para a vasta região amazônica.

Pelas razões apontadas acima, nota-se um frágil controle religioso que faz do período 1750 e 1840 o pior momento do processo difusor católico na Amazônia.

Ainda no mesmo período, particularmente entre 1750 e 1780, ver-se-á um curto ciclo de bonança econômica, no qual irá se desenvolver uma embrionária rede urbana amazônica, rede essa qualificada no sentido funcional, e não propriamente no sentido expansionista. Tratava-se de um desenvolvimento oriundo da

expansão das atividades produtivas nas áreas já incorporadas economicamente (feito este observável após a implantação da Cia Geral do Grão-Pará e Maranhão, fundada em 1755 pelo então Primeiro-Ministro de Portugal, Marquês de Pombal), bem como de uma política explícita de Portugal que tinha nos pequenos núcleos preexistentes um dos meios para a realização de sua política colonial (Corrêa, 1987, p. 45).

Por conta disso, o Estado português reativa e cria numerosos fortes visando à proteção da grande bacia amazônica. Da mesma forma, após a expulsão das ordens missionárias, 46 aldeias são elevadas, entre 1755 e 1760, à categoria de vila. Configuram-se, então, futuras cidades das quais muitas abrigarão futuramente uma unidade diocesana: São Gabriel das Cachoeiras, Borba, Ega (atual Tefé), Santarém, Serpa (atual Itaciatiara), Óbidos, Vila Novas da Imperatriz (atual Parintins), entre outras.

Mas, conforme apontam Dias (1970), Corrêa (1987) e outros, esse ciclo acaba e a economia regional inicia o século XIX com uma notável estagnação. O contexto sócio-econômico, não obstante a crise, se agrava mais ainda com o conflito social da cabanagem (1832-1849). Observa-se um decréscimo significativo da população regional (Prado Jr., 1976).

A Igreja, a esse tempo, revela-se impotente diante da escassez constatada no quadro de religiosos. Acrescido a esse problema, havia ainda um problema de ordem intra-institucional referente a uma minoria do clero secular (padres) que, engajados em lutas sociais, iam de encontro ao poder episcopal. Este último, por sua vez, até 1840, pouco articulava medidas efetivas de modo a implementar nova gestão eclesiástica. O reflexo disso estava ainda no amplo e mal controlado território diocesano sediado em Belém.

A situação clerical da Amazônia, de modo semelhante ao do resto do Brasil, apresentava uma minoria atuante de sacerdotes interessados e sensíveis aos problemas históricos, sociais e políticos de sua região; poucos, porém, identificavam-se com o povo do qual foram, em muitos episódios, os mais lúcidos e radicais dirigentes. Essa tradição, que se exprimia em figuras exemplares nos movimentos e rebeliões do período colonial, iria manter-se e ampliar-se nas lutas da independência, do período regencial e do primeiro império. Por oposição, nesses mesmos períodos e regiões, os bispos e demais membros da hierarquia eclesiástica sempre foram solidários e passivos quanto aos desmandos do poder, fosse ele colonial ou nacional, e, não raro, mobilizaram contra o clero engajado nas lutas populares o rigor do arbítrio oficial e o peso de suas punições. Esses fatos ficam marcados na conturbada história da Amazônia, que vai das lutas da independência

à tragédia da Cabanagem e da repressão que a ela se seguiu (Neto, 1992a).

Nesse contexto, os sacerdotes (profissionais religiosos) desafiavam os interesses episcopais; estes últimos entrosavam-se muito mais com os interesses governamentais momentâneos do que propriamente com os esforços sinceros de evangelização e assistência espiritual e material por parte dos padres e/ou cônegos aos mais desfavorecidos da Amazônia.

Pode-se mesmo dizer que a Igreja da Amazônia, constituída em uma única diocese, a de Belém do Pará, ficou profundamente dividida, com o povo sofrido, espoliado e profundamente decepcionado e amargurado com a derrota de seus objetivos encarnados na Cabanagem (Neto, 1992a; 1992b).

Ficam claras as dificuldades no relacionamento entre Igreja e o povo durante o conflito. Estavam em posições opostas (Neto, 1992b; Santos, 1992). Daí o surgimento de outros tipos de manifestações católicas provenientes do sincretismo.

A situação da Igreja na Amazônia passa a mudar a partir da chegada de novos bispos empenhados em qualificar, unificar, organizar e hierarquizar a referida instituição; tal feito dar-se-á a partir do processo de romanização (1840-1890). É a partir dessa nova fase que se verá uma significativa qualificação do controle e gestão territoriais através da gênese e difusão dos territórios diocesanos.

3.3 - TERCEIRO PERÍODO: DO INÍCIO DO PROCESSO DE ROMANIZAÇÃO A DECADÊNCIA DA ECONOMIA GOMÍFERA

Após o marcante Período Pombalino e início do processo de romanização pelo qual passa a Igreja em todo o Brasil, cujos resultados para a Igreja "Amazônica" foram um quadro clerical em baixa, aumento do catolicismo popular e do sincretismo religioso, entre outras situações resultantes da ausência de uma política eclesiástica efetiva voltada para a região, quatro acontecimentos marcam a vida da Amazônia na segunda metade do século XIX: introdução da navegação a vapor na rede fluvial regional; abertura do rio Amazonas à navegação das bandeiras das nações amigas; crescimento da produção da borracha voltada para o mercado internacional; imigração de grandes

contingentes de nordestinos para trabalhar na mata fechada na extração de látex das seringueiras.

É na segunda metade do século XIX e início do XX, que se verifica o fenômeno denominado *boom* da borracha. Trata-se da atividade extrativa da goma da seringueira (borracha), cuja utilidade é demasiadamente importante, sobretudo para a nascente indústria automobilística. Observar-se-á um grande financiamento por parte do capital nacional e internacional na produção regional da borracha; o sistema de transporte começará a se estabelecer de maneira razoavelmente organizado e a pouca mão-de-obra regional será suprida com grandes fluxos migratórios provenientes, sobretudo, do nordeste (Prado Jr, 1976; Santos, 1980).

O *boom* da borracha significará um período de grande prosperidade da economia regional, inserindo a Amazônia de forma sólida na divisão internacional do trabalho. Da mesma forma, a rede urbana amazônica toma um novo vigor funcional num período entre final do século XIX e início do XX (Corrêa, 1987).

O transporte se torna progressivamente melhor em virtude da criação, em 1853, da Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas, pelo Barão de Mauá. Introduz-se, no grande rio e seus afluentes, a navegação a vapor (grande acontecimento para época), dinamizando o escoamento da produção gomífera.

Mais tarde, em 1887, o governo imperial abre aos navios estrangeiros a navegação no rio Amazonas e seus afluentes, estabelecendo-se já naquela época uma competitividade capitalista por mercados.

A escassez de mão-de-obra deixada pelo déficit populacional ocasionado, entre outras coisas, pelo conflito da Cabanagem é solucionada pelo Estado através da promoção dos fluxos migratórios que se estabeleceram em direção à Amazônia. A economia gomífera houvera atraído inicialmente, entre 1850 e 1870, imigrantes paraenses que extraíam borracha no médio vale do Amazonas paraense e nos vales do Xingu e Tapajós para os baixos vales do Madeiras, Purus, Juruá e do próprio Amazonas em território amazonense. Após a grande seca nordestina de 1877 a 1880, nordestinos também migraram para os médios e altos vales do Purus e Juruá (Prado Jr, 1976; Santos, 1980; Mata, 1992).

Foi com a introdução da exploração econômica da borracha e imigração de nordestinos, que fugiam da mencionada seca nordestina, além dos já existentes caboclos ou índios locais, que se viu estruturar uma relação de trabalho baseado no que se convencionou chamar de "sistema de aviamento". Este sistema consistia na exploração quase escrava, senão escrava, dos seringueiros (caboclos, nordestinos, índios).

Em meio a esse problema de caráter social, com o qual a Igreja em parte se envolveu na defesa dos menos favorecidos, fortalecendo sua ação e presença junto às classes mais pobres, as fronteiras amazônicas e brasileiras se ampliavam além das zonas de grande produção nos rios Madeira, Xingu, Araguaia - em direção ao norte do atual Estado do Tocantins, conforme aponta, entre outros, Ajara (1991) -, Tapajós, Purus e Juruá.

O *boom* da borracha significou um período de grande riqueza local, no qual Manaus e Belém prosperaram, tornando-se os dois maiores centros urbanos regionais. Houve também um revigoramento demográfico e econômico dos núcleos urbanos preexistentes bem como a intensificação, via mecanismo de "aviamento", das relações entre os núcleos de povoamento.

Por efeito, conforme aponta Corrêa (1987), criam-se núcleos voltados para economia gomífera que passam a configurar futuras vilas e cidades, como é o caso de Cruzeiro do Sul, na bacia do alto Juruá, e de Rio Branco, futuras sedes diocesanas.

Em Rondônia, a construção da ferrovia Madeira-Mamoré (*Madeira and Mamoré Railway Company*) foi responsável pela criação de alguns núcleos de povoamento que mais tarde também abrigaram uma sede diocesana: Guajará-Mirim e Porto Velho, consideradas "pontas de trilha" à época da criação da companhia ferroviária, e o pequeno núcleo surgido em torno de uma estação ferroviária, Jaci-Paraná (atual Ji-Paraná) (Corrêa, 1987).

Facultado pela economia da borracha, certamente o revigoramento de alguns núcleos preexistentes influenciaram a seletividade espacial utilizada pelo controle episcopal. Núcleos estagnados desde o Século XVIII, tais como Santarém, Óbidos, Itacoatiara e Parintins, revitalizaram-se, passando por período de relativa riqueza.

Mesmo num compasso um pouco retardatário em relação ao crescimento da economia e da rede urbana regionais, é nesse período, de meados do século XIX ao início do século XX, aproximadamente 1920, que a difusão diocesana também dá um grande salto na questão do controle episcopal do território. Tratava-se do processo de romanização, que significava a adoção da estrutura organizacional e hierárquica centralizada no Vaticano com o propósito de implementar uma política eclesial de difusão da fé católica.

Assevera-se, contudo, que a tomada de controle eclesial do processo difusor pela Igreja em boa parte se aprofunda devido à proclamação da República brasileira (1889), que institui um Estado laico, dissociando qualquer interesse da Igreja dos interesses próprios do Estado; era o fim do regime de padroado no Brasil e início da livre ação da Igreja no país. O Estado brasileiro, então, em mais nada participa das políticas adotadas pela Igreja.

No tocante à prática da seletividade espacial eclesial e ao conjunto das cidades que compõem a rede urbana, Manaus foi de longe a que mais progrediu. Contudo, Belém constituiu-se, como fora desde a sua fundação, a cidade mais importante da região. O seu revigoramento também fora surpreendente; sua população era de cerca de 100 mil e suas funções compreendiam, entre outras, desde frete via navios a vapor até o financiamento da produção através de suas casas aviadoras. Era sede das companhias de maior vulto, nacionais ou estrangeiras, do Norte do País. Da mesma forma, sua hinterlândia abrangia toda a Amazônia, pois todas as dívidas contraídas pelas áreas de produção com as casas aviadoras nelas localizadas eram controladas por Belém (Corrêa, 1987).

A vocação para a economia baseada na extração da borracha gerou um problema de abastecimento de produtos agrícolas na região; assim, para melhorar a produção regional, o governo incentivou a imigração estrangeira ou nordestina, bem como estimulou a criação de várias colônias agrícolas ao longo da Estrada de Ferro de Bragança, gerando, entre as duas últimas décadas do século XIX e a primeira do século XX, vários núcleos urbanos, revigorando, assim, a cidade de Bragança, que se transformou em “ponta de trilhos” (Corrêa, 1987).

A população amazônica como um todo cresceu bastante: de 337 mil habitantes em 1872, passou para 476 mil em 1890, e para 1,1 milhão em 1906. Essa população se espalhava por uma área de 3.521.322 Km² (Santos, 1980; Mata, 1992).

Verifica-se, também, uma intensificação das relações de trocas de mercadorias e pessoas entre os núcleos de povoamento através da grande rede fluvial dendrítica. O mecanismo básico da interação provinha do sistema de “aviamento”, pois este é que viabilizava a produção, circulação e o consumo.

Caio Prado Jr. (1976, p.234), todavia, salientava o perfil da contradição social proveniente do contexto econômico desse período:

Enquanto a massa da população, os trabalhadores dos seringais, dispersos e isolados, se aniquilavam nas asperezas da selva e na dura tarefa de colher a goma, os proprietários dos seringais e toda essa turbamalta marginal e parasitária de todas as sociedades desse tipo, se rolavam nos prazeres fáceis das cidades, atirando a mancheias o ouro que lhes vinha tão abundantemente da mata (...).

Envolvida nesta complexa realidade no final do século XIX, a Igreja viu o aumento populacional da região e percebeu a necessidade de expansão da rede diocesana como forma de atender a demanda religiosa da população migrante e como forma também de coibir a expansão das doutrinas protestantes, chegadas junto com a abertura do rio Amazonas à navegação internacional. Para tanto, o poder episcopal regional refletiu sobre o que se passava com o restante do Brasil: retomada da tarefa missionária, reorganização das estruturas eclesiais após a dissociação da Igreja do Estado e a presença, em grande escala, de ordens e congregações religiosas que ocuparam os espaços dos antigos missionários e suprimiram a gritante escassez de religiosos desde os tempos da expulsão desses últimos, abrindo novas perspectivas para a difusão da fé através da difusão diocesana e do trabalho evangelizador.

Frente ao novo desafio, até esse momento, a única diocese regional existente - a de Belém - conferia à região um corpo sacerdotal de altíssima qualificação. Somente em 27 de abril de 1892 foi desmembrada desta

última a *diocese do Amazonas* (futura arquidiocese de Manaus), significando um verdadeiro marco na história eclesial da região por firmar uma maior presença da Igreja, mas também por assinalar uma espécie de “reconquista espiritual da Amazônia”, após os infrutíferos anos que vão do Diretório Pombalino (1759), passando pelo conflito social da Cabanagem (1832 – 1849), até o início, em 1840, do Processo de Romanização pelo qual passou a Igreja no Brasil.

A *diocese do Amazonas* (futura Arquidiocese de Manaus) tinha o território correspondente ao então Estado do Amazonas, isto é, 1.941.680 km², com uma população estimada em 250 mil habitantes, sem relacionar a população indígena. Manaus tornou-se, assim, um outro centro importante de difusão da fé católica da Igreja.

Os religiosos recém-chegados espalhavam-se na grande bacia com o propósito de intensificar os trabalhos pastorais e, com isso, assistir a população, incitando-a às práticas devocionais desenvolvidas nos tempos coloniais. “Em toda a região essa foi sem dúvida uma grande novidade: a criação e implantação de associações piedosas e assistenciais, que alimentavam a espiritualidade do laicato nas paróquias” (Mata, 1992, p. 344). Tipifica-se, assim, uma nova expressão de vida religiosa popular, que, embora diferente da portuguesa e ibérica, foi rapidamente assimilada pelos católicos, caracterizando, desse modo, o catolicismo brasileiro popular, fruto, talvez, do enraizamento do processo de “romanização” na área amazônica.

Como estratégia de manutenção e ampliação de fiéis, e conseqüente qualificação do controle territorial, os bispos reformadores escreviam inúmeras cartas pastorais nas quais revelavam suas preocupações quanto a manutenção das práticas católicas. Ao mesmo tempo, também como estratégia de controle, expunham os problemas do mundo moderno, os perigos das filosofias e entidades anticatólicas. Da mesma forma, renovavam os quadros da Igreja com novos e mais bem qualificados profissionais religiosos, incluindo aí congregações e seminários masculinos e femininos, cuja função era formar e qualificar continuamente um corpo numeroso de religiosos.

Todos os novos profissionais religiosos, recém-chegados ou ali mesmo formados, eram robustecidos

para fins evangélicos e conseqüente difusão e manutenção da fé católica, aprimorando-se, dessa forma, o ritmo de expansão territorial da Igreja na Amazônia.

É assim que em 21 de setembro de 1903 a *prelazia de Santarém* é desmembrada, pelo papa Pio X, da diocese de Belém, ficando com uma área de 794.313 km², desde as fronteiras com as Guianas até o norte do Mato Grosso, que incluía os territórios do Amapá, Trombetas, Tapajós e Xingu, equivalendo a 67,8% do Estado do Pará (chega a ser a maior prelazia do mundo até meados da década de 1980), com 22 paróquias, 9 delas sem padres. Belém, por sua vez, recebe, em 1º de maio de 1906, o título de sede *arquiépiscopal*, juntamente com Mariana em Minas Gerais. Antes dela, só Salvador e Rio de Janeiro haviam recebido tal título. O início do século XX é marcado por apenas quatro arquidioceses no Brasil, e a Amazônia tem sua representação. A capital paraense redefine, dessa forma, sua função episcopal frente à perspectiva de expansão diocesana.

A fundação da nova arquidiocese de Belém não atendia satisfatoriamente a toda a região, embora os denominados bispos reformadores fizessem esporádicas visitas pastorais. Manaus, desde 1755, foi sede de uma das vigararias gerais da diocese de Belém – a outra foi Santarém – criada por D. Miguel de Bulhões. Além de também criarem novas paróquias com o respaldo do governo imperial, os bispos intercediam junto à Santa Sé e aos fundadores de novas congregações religiosas européias para que interviessem em favor da Igreja Amazônica.

Verificam-se, nos primeiros anos dos episcopados paraense e manauara, muitos fatos novos que marcam a vida da Igreja na região, destacando-se a criação de diversas prefeituras apostólicas e prelazias: Em 1907, desmembra-se da Diocese do Amazonas a *prelazia do Rio Branco* (futura Diocese de Roraima). Em maio de 1910 foi criada a Prefeitura Apostólica do *Alto Solimões* e de *Tefé* – uma das mais antigas paróquias do Amazonas, fundada pelos carmelitas em 1709 – e, em outubro do mesmo ano, a de *Rio Negro* (futura São Gabriel das Cachoeiras), todas elas futuras dioceses. Em 1911 foi criada a *prelazia de Conceição do Araguaia*, a segunda a ser criada no início do século XX. Em outubro de 1919, outra divisão no Amazonas se dá com a criação da

prelazia nullius do Alto Acre e Alto Purus (futura Diocese de Rio Branco).

Outros fatos importantes aconteceram: novos religiosos chegam entre 1910 e 1911, pois uma das maiores preocupações do poder episcopal eram as paróquias sem sacerdotes; neste sentido, a gestão religiosa tratou de convidar inúmeras congregações. Criaram-se novas paróquias conforme as necessidades, aumentou-se o número de ordenações sacerdotais e multiplicaram-se pelas paróquias os movimentos leigos (Mata, 1992).

Em certa parte, a criação de novas prelazias está diretamente relacionada à chegada de congregações religiosas vindas da Europa, primeiro pelo reavivamento missionário e conseqüente reorganização das antigas ordens e nascimento de novas congregações; segundo, pela constante onda anticatólica na Europa, o que veio a provocar a dispersão de muitos religiosos, tal como aconteceu na França (Mata, 1992).

A partir de Belém e Manaus, essa numerosa quantidade de religiosos espalha-se pelo vasto território amazônico indo também para as regiões que pouco a pouco iam sendo habitadas devido à abertura de estradas, zonas de garimpagem e mineração e frentes de colonização. Este período configura, portanto, uma nova *geografia missionária* e, conseqüentemente, uma nova fase missionária na Amazônia, expressando a preocupação da Igreja com o imenso território “a ser evangelizado para Cristo” (Mata, 1992).

Essa nova *geografia missionária* também deu origem, em 1915, à Diocese de Porto Nacional. Fundada no norte do antigo Estado de Goiás (atual Estado do Tocantins). Esta unidade diocesana teve sua origem no desmembramento da Diocese de Goiás (GO), no entanto, por estar historicamente ligada ao Norte do Brasil, sua ocupação se deu inicialmente pelos missionários provenientes do Pará e do Maranhão. Foram estes que fundaram alguns núcleos de povoamento, cuja atividade econômica sempre se atrelou a atividades extrativistas ou pecuaristas desenvolvidas e iniciadas na Amazônia ou no Nordeste (Ajara, 1991). Este vínculo com o Norte foi reforçado a partir dos projetos de grandes eixos viários e conseqüente expansão e integração da fronteira amazônica ocorridos a partir da década de 1940, 1950.

Será a partir de Porto Nacional (TO) que se configurarão, no período seguinte, todos os territórios diocesanos do atual Estado de Tocantins. Trata-se de dois ramos da rede diocesana amazônica: o ramo cuja origem remonta a criação da Diocese de Belém (1719), e outro ramo cuja origem é representada por Porto Nacional (1915).

Além dos religiosos é necessário registrar um outro fator importante na história da evangelização de toda a área amazônica: o papel dos leigos e do clero secular. Em todas as paróquias, e principalmente nas capelas do interior, após a decadência das antigas ordens missionárias, o catolicismo nas suas expressões mais populares – as festas dos santos, a reza do terço, as ladainhas em latim, benditos e reisados, procissões etc. – se manteve graças à presença estratégica de religiosos, tanto de ordens masculinas, quanto de ordens femininas.

Quanto ao clero secular, bispos e padres, desde o início da ação territorial da Igreja, sempre estiveram presentes na região. Os padres seculares atuavam em longínquas e isoladas paróquias, longe de outros companheiros, principalmente após a expulsão dos jesuítas e o controle sobre os religiosos por parte do governo imperial. Com isso, mantiveram e solidificaram o catolicismo, ajudando o povo a manter sua fé ou, ainda, dando assistência social nos momentos de dificuldades, como nos momentos de enchentes ou de epidemias.

No final desse terceiro período que marca a ação episcopal de final de século a 1920, o território religioso católico contabiliza ao todo 11 unidades diocesanas: Arquidiocese de Belém (1906), Diocese do Amazonas (1892; futura Arquidiocese de Manaus), Prelazia de Santarém (1903; futura Diocese de Santarém), Prelazia do Rio Branco (1907; futura Diocese de Roraima), Prefeitura Apostólica do Alto Solimões (1910; futura Diocese do Alto Solimões), Prefeitura Apostólica do Rio Negro (1910; futura Diocese de São Gabriel da Cachoeira), Prelazia de Tefé (1910); Prelazia *nullus* de Ssma. Conceição do Araguaia (1911), Prelazia de Marabá (1911; futura Diocese de Marabá), Diocese de Porto Nacional (1915) e Prelazia *nullus* de Alto Acre e Alto Purus (1919; futura Diocese de Rio Branco). Pode-se dizer que,

não obstante o território religioso católico amazônico ter-se tornado qualitativamente melhor, o número de religiosos e de unidades diocesanas ainda era insuficiente para o controle episcopal do vasto território regional.

3.4 - QUARTO PERÍODO: A IGREJA DO FINAL DA DÉCADA DE 1920 À ATUALIDADE: A CONSTITUIÇÃO DE UM VASTO TERRITÓRIO RELIGIOSO

Com o declínio da economia gomífera, a região amazônica acomoda-se a uma outra situação: a volta ao extrativismo, à coleta da castanha, à pecuária, à garimpagem e, mais tarde, a uma política desenvolvimentista, iniciada no governo Vargas e continuada, em larga escala, nos governos seguintes.

A extração ou coleta da castanha-do-pará desenvolveu-se principalmente nas regiões do médio Tocantins (Marabá), do Xingu, do Tapajós, Madeira e Purus no Acre. A garimpagem e a pecuária, além da extração da madeira, vão provocar uma nova corrida para a região. Grandes áreas vão ser atingidas, reiniciando uma nova invasão das terras dos índios, vistos como ameaça à economia da região, e dando origem a novos núcleos populacionais (Costa, 1993, entre outros).

A partir da década de 1940 programou-se a “ocupação planejada da Amazônia” com a instalação de inúmeras instituições de apoio a esse projeto: agências financeiras, institutos de pesquisas e aeroportos. Em 1953 foi criada a SPVEA (Superintendência para Plano de Valorização da Amazônia), ampliando-se a área de execução desse plano para a chamada *Amazônia Legal* (2/3 do território nacional). Um outro sinal dessa preocupação desenvolvimentista foi a construção da estrada Belém-Brasília, concluída em 1960, que provocou um grande fluxo migratório para a região, principalmente de nordestinos (Ribeiro, 1998, entre outros).

A partir de maio de 1966 iniciou-se a “Operação Amazônia”, isto é, um amplo e ambicioso projeto de integração da Amazônia ao resto do Brasil, ou melhor, ao capital internacional. A SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), que substituiu a SPVEA, foi um órgão criado para “atrair grupos

empresariais nacionais e estrangeiros para a região, oferecendo-lhes grandes vantagens em créditos bancários, incentivos fiscais e pouca fiscalização no que se refere às relações trabalhistas. O Estado começou a elaborar e a incentivar os chamados “grandes projetos” como Jarí, Trombetas, Carajás, Albrás-Alunorte; hidrelétricas em Curuá-Uma (a 1ª da região), Tucuruí, Balbina, Santa Izabel, entre outras; as estradas Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Perimetral Norte e outras.

Em 1967, foi instalada a *Zona Franca* de Manaus que tinha como objetivo atrair interesses econômicos e financeiros para o interior da Amazônia, através de incentivos fiscais especiais e de uma área de livre comércio (importação e exportação) para tentar desenvolver a Amazônia Ocidental. Isto provocou um crescimento demográfico ao redor da antiga Manaus, com o surgimento de novos bairros caracterizados pelo abandono e pela miséria. Muitas multinacionais se instalaram nos arredores da cidade, aproveitando o barateamento da mão-de-obra. A rede urbana se tornou progressivamente mais complexa; forma e função foram alteradas. A lógica do capital privilegiava algumas cidades em detrimento de outras. Nasce uma outra hierarquia de cidades, mantendo Belém em situação de destaque (Ribeiro, 1998; 2000). Os projetos agropecuários e madeiros provocaram e acirraram a crise fundiária latente, notadamente no sul do Pará (Araguaia, Bico do Papagaio), Acre e Rondônia, além de destruir castanhais, invadir terras indígenas e destruir o ecossistema (Gonçalves, 2001, entre outros).

Com os grandes projetos o problema fundiário acentuou-se, gerando a figura do grileiro e da falsa documentação cartorial com o propósito de sustentar o domínio da terra por parte das grandes empresas e de particulares. Em torno desses projetos o governo estimulou propagandas para atrair novos contingentes de pessoas, com slogans do tipo: “Homens sem terra, para terra sem homens” (Becker, 1990; Mata, 1992). Promoveu-se então um movimento migratório oficial; constatou-se, também, uma imigração voluntária, além do movimento migratório realizado no interior da própria Amazônia: do caboclo das matas e das várzeas para a beira das estradas e travessões. O fracasso dessa

ocupação, tendo também os órgãos governamentais, como o INCRA, falhado nos seus objetivos de reforma agrária, provocou um grande êxodo para as periferias de cidades como Santarém, Altamira, Marabá, Conceição do Araguaia, com um crescimento demográfico acima de 200%, ou até 300%, na década de 1970. A implantação dos projetos, principalmente das rodovias e hidrelétricas, provocou a invasão e a apropriação das terras dos índios, ocasionando sua transferência para improvisadas reservas ou, em alguns casos, seu programado extermínio. Projetos de garimpos que provocaram invasão, como a que aconteceu com as terras Yanomami, em Roraima (Mata, 1992).

Somam-se a isso os gravíssimos problemas com lavradores e posseiros que não têm documentação da posse da terra. O processo de legalização, até, então, dava-se pela posse pura e simples, ressaltando-se algumas propriedades oriundas das sesmarias (Gonçalves, 2001).

Para garantir a efetivação dos projetos, o governo militarizou a Amazônia, desdobrando as unidades militares fora das áreas de fronteiras e criando as chamadas "áreas de segurança nacional" e o conhecido Projeto Calha Norte (Becker, 2005, entre outros).

Quanto a presença da Igreja dentro deste contexto, constata-se a contínua preocupação pela gestão e controle do secular território católico, bem como da manutenção de seus fiéis, destacando-se o aspecto missionário. Continuava-se com o propósito de se criar mais prelazias, tendo como suporte um contingente de missionários religiosos maior, cuja origem era quase na sua totalidade de estrangeiros.

Partindo do ramo da rede diocesana que teve em Belém o *Centro Difusor Primaz*, a prelazia do rio Pururs (*Lábrea*, AM) foi criada em 1925. Ainda em 1925, a *prefeitura apostólica do Rio Negro* foi elevada à categoria de prelazia. Desde 1980 passou a ser diocese com o nome de *São Gabriel da Cachoeira* (AM). A *prelazia do Marajó*, no Pará, foi criada em 1928. A prelazia de Gurupí, PA, depois denominada Guamá, foi também criada em 1928. Em 1981, foi elevada diocese e hoje denomina-se *Diocese de Bragança do Pará*. Em 1929 foi criada a *prelazia de Guajará-Mirim* (RO). Elevada à condição de diocese em 1979. Em 1931 foi fundada a prelazia de *Juruá* (AC) que, desde 1987,

denomina-se diocese de Cruzeiro do Sul. Em 1934 foi a vez do Xingu (PA) ser transformado em prelazia.

A prelazia de Macapá (Amapá) foi fundada em 1949, sendo em 1980 elevada a diocese. Em 1950 a prefeitura apostólica do Alto Solimões (AM) foi elevada a prelazia, e, em 1991, foi elevada à condição de diocese. Também no mesmo ano, 1950, a Prefeitura Apostólica de Tefé foi elevada a prelazia.

Em 1952, Manaus foi elevada à condição de arquidiocese, segunda sede metropolitana na Amazônia.

Parintins (AM), no médio Amazonas, foi elevada a prelazia em 1955. Em 1980 foi elevada a diocese.

Em 1957, Óbidos (PA), no baixo Amazonas, também foi feita prelazia.

Em 1961, Abaeté do Tocantins (PA), foi elevada a prelazia. Em 1981 foi constituída diocese com o nome de Abaetetuba. Ainda em 1961, Humaitá (AM), tornou-se prelazia, e, em 1979, foi elevada a diocese.

Em 1963 foram criadas quatro prelazias: a de Coari (AM); a de Itacoatiara (AM); a de Borba (AM); e a de Ponta de Pedras, no Marajó (PA). Esta última foi elevada a diocese em 1979.

Em 1969 a sede da prelazia de Conceição do Araguaia, PA, foi *realocada* para a cidade de Marabá, com a mesma área. Em 1976 foi restaurada a sede da prelazia em Conceição do Araguaia ficando as duas separadas. Em 1979 ambas, Marabá e Sma. Conceição do Araguaia, tornaram-se dioceses.

Em 1978 foi criada a prelazia de Rondônia que, ao ser elevada a diocese, em 1983, passou a chamar-se Ji-Paraná.

Em 1979, Porto Velho foi elevada a diocese e, em 1982, foi elevada a arquidiocese constituindo-se na terceira sede metropolitana na Amazônia. Também foi em 1979 que a prelazia de Santarém elevou-se à condição de diocese, assim como a prelazia do Rio Branco (RR) tornou-se a diocese de Roraima.

A prelazia de Acre-Purus (AC) constitui-se em 1919 e é elevada a diocese de Rio Branco em 1986, enquanto em 1988 desmembra-se da diocese de Santarém a última unidade territorial diocesana cujo Centro de Difusão Inicial foi Belém: prelazia de Itaituba, no Pará.

Outras prelazias foram criadas a partir de Porto Nacional (TO), tais como Tocantinópolis (TO), em

1954, diocese desde 1980; Cristalândia (TO) em 1956; Miracema do Tocantins (1966), diocese desde 1981, e Palmas, que já foi criada arquidiocese em 1996.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste artigo foi entender em quais contextos desenrolou-se a ação territorial da Igreja Católica na Amazônia através de um proposto exercício de periodização, destacando, sempre que possível, as particularidades e generalidades dessa ação através dos anos.

Neste sentido, pode-se afirmar que as estratégias/ práticas de apropriação e controle espaciais da Igreja Católica na Amazônia foram repetidamente as mesmas:

(i) *prática da catequização/ evangelização* sempre esteve presente; havia apenas diferenciação nos métodos empregados, que variavam ou variam de acordo com as diferentes realidades encontradas em cada grupo potencial adotante da fé católica e em cada realidade espaço-temporal. Para os indígenas da época dos missionários, adotava-se, por exemplo, o método da tradução dos manuscritos sagrados à Língua Geral e da missa rezada em língua nativa; a teatralização de autos de Natal e de outras datas religiosas comemorativas, também são outros exemplos;

(ii) *visitas pastorais* também sempre estiveram presentes, mesmo na época dos missionários, sendo exercidas pelos bispos. Essa prática se intensificou após o processo de romanização, não somente por conta do acréscimo de religiosos na região, mas também pelas facilidades crescentes ofertadas pelos meios de transportes. Todavia, não obstante os grandes eixos viários, a penetração na grande hiléia ainda se faz precariamente, em boa parte, através da navegação da dendrítica bacia fluvial amazônica, principalmente no caso do atendimento religioso da população ribeirinha;

(iii) provimento de suficiente número de profissionais religiosos qualificados. No início de colonização, a lógica predominante era a de que, quanto maior a presença de religiosos na região, maior efetivamente seria o controle religioso do território amazônico. Essa lógica mudou durante o processo de romanização. A partir desse referido processo, passou

a prevalecer a lógica da qualificação dos profissionais religiosos viabilizado pelos seminários regionais organizados pelo poder episcopal da época.

(iv) *criação de unidades de controle religioso*. Neste caso, no período das ordens religiosas missionárias, as unidades de controle religioso eram as aldeias missionárias. Uma vez expulsas, as ordens religiosas foram substituídas pelo poder episcopal. Esse poder criou unidades diocesanas. Em termos práticos, a estratégia de criação de territórios religiosos foi utilizada durante toda a história da Igreja Católica na região. A diferença está no caráter efêmero das aldeias missionárias e no perfil duradouro e tradicional das dioceses. A primeira foi utilizada singularmente durante o processo colonizador lusitano. A segunda, ao contrário, sempre esteve presente na História Mundial da Igreja Católica, isto é, trata-se de uma unidade territorial secular.

* MESTRE EM GEOGRAFIA PELA UERJ SOB A ORIENTAÇÃO DA PROF^a. DR^a. ZENY ROSENDAHL; GRADUADO EM GEOGRAFIA PELA UFRJ. E-MAIL: marciofnc@bol.com.br

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Abreu. Apropriação do território no Brasil Colonial. IN: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. 367 p. p. 197 - 245.
- AJARA, César et alli. O Estado do Tocantins: reinterpretação de um espaço. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 53 (4), p. 5 - 48. Out/Dez. 1991.
- ANUÁRIO CATÓLICO DO BRASIL. Rio de Janeiro: Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERES), 2000, v. 11.
- AZEVEDO, Dermi. Igreja Católica e o seu papel político no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, Vol. 18, nº 52, p. 109 - 120. Set./ Dez. 2004.
- BECKER, Bertha K. *Amazônia*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- _____. Geopolítica da Amazônia. IN: Dossiê Amazônia brasileira I, *Estudos Avançados*, São Paulo, USP, Vol. 19, nº 52, p. 71 - 86. Jan./ Abr. 2005.
- CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, 49(3), p. 39 - 68. 1987.
- COSTA, José Marcelino M. da. *Impactos econômicos-territoriais do atual padrão de ocupação da Amazônia*. Belém: UFPA, 1993. P. 40 - 115.

- DIAS, Manuel N. *A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. Belém: UFPA, 1970.
- FRAGOSO, Hugo. A Era Missionária (1686 - 1759). In: Eduardo Hoornaert (coord.). *História da Igreja Católica na Amazônia*. CEHILA (Centro de Estudos da História da Igreja na América Latina). Petrópolis: Editora Vozes, 1992. Pp. 139 - 209.
- GONÇALVES, Carlos W. Porto. *Amazônia, Amazônias*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- HOORNAERT, Eduardo. (org.): *História da Igreja Católica na Amazônia*. CEHILA (Centro de Estudos da História da Igreja na América Latina). Petrópolis: Editora Vozes, 1992.
- _____. *A Amazônia e a cobiça dos europeus*. In: Eduardo Hoornaert (Coord.). *História da Igreja Católica na Amazônia*. CEHILA (Centro de Estudos da História da Igreja na América Latina). Petrópolis: Editora Vozes, 1992(a). Pp. 49 - 62.
- MACHADO, Lia O. *Mitos e Realidades da Amazônia Brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidad de Bracelona, junho/ 1989.
- MATA, Possidônio da. A Igreja católica na Amazônia da atualidade. In: Eduardo Hoornaert (org.). *História da Igreja Católica na Amazônia*. CEHILA (Centro de Estudos da História da Igreja na América Latina). Petrópolis: Editora Vozes, 1992.
- NETO, Carlos de Araújo Moreira. Os principais grupos missionários que atuaram na Amazônia brasileira entre 1607 e 1759. In: Eduardo Hoornaert (coord.). *História da Igreja Católica na Amazônia*. CEHILA (Centro de Estudos da História da Igreja na América Latina). Petrópolis: Editora Vozes, 1992. Pp. 63 - 120.
- _____. Reformulações da missão católica na Amazônia entre 1750 e 1832. In: Eduardo Hoornaert (coord.). *História da Igreja Católica na Amazônia*. CEHILA (Centro de Estudos da História da Igreja na América Latina). Petrópolis: Editora Vozes, 1992(a). Pp. 210 - 261.
- _____. Igreja e Cabanagem (1832 - 1849). In: Eduardo Hoornaert (coord.). *História da Igreja Católica na Amazônia*. CEHILA (Centro de Estudos da História da Igreja na América Latina). Petrópolis: Editora Vozes, 1992(b). Pp. 262 - 296.
- PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. 37 ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1976.
- RIBEIRO, Miguel A. C. A Complexidade da Rede Urbana Amazônica: três dimensões de análise. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro: 1998.
- _____. A Rede de Localidades Centrais na Amazônia no Limiar do Século XXI. *Revista GeoUerj*, Rio de Janeiro, n. 7, p. 41-51. 1º semestre de 2000.
- ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e religião: uma abordagem geográfica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora EdUERJ, 2002. 90 p.
- ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto L. *A Territorialidade da Igreja Católica no Brasil - 1800 e 1930*. Textos 1. Rio de Janeiro: UERJ/ NEPEC. 2003.
- SACK, Robert. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. 256 p.
- SANTOS, João. A Romanização da Igreja Católica na Amazônia (1840 - 1880). In: Eduardo Hoornaert (coord.). *História da Igreja Católica na Amazônia*. CEHILA (Centro de Estudos da História da Igreja na América Latina). Petrópolis: Editora Vozes, 1992. Pp. 296 - 320.
- SANTOS, Milton. *Economia Espacial: Críticas e Alternativas*. 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 2003. 204 p.
- _____. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 6. ed. São Paulo: Editora da USP, 2004. 285 p.
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: Editora T. A. Queiroz, 1980.
- SILVA, Carlos Alberto F. da. Os avatares da teoria da difusão espacial: uma revisão teórica. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 57(1), p. 25 - 51. 1995.

ABSTRACT

DETACHING THE RELATION EXISTENT BETWEEN SPACE AND TIME, THE PRESENT ARTICLE FIND SHOW THE TERRITORIAL BEHAVIOR OF CATOLIC CHURCH IN AMAZONIA, BEGINNING IN 16TH CENTURY AND GOING TO PRESENT DAYS, THE 21ST CENTURY. IT'S A EXERCISE OF DIVIDING A RELIGIOUS INSTITUTION INTO PERIODS, WHICH THE TERRITORIAL ACTION PRECEDE THE TIME AND THE SPACE USED IN THIS PROPOSAL, AND THAT CONTINUES MAKE YOUR TERRITORIAL ORDER AND ITS INTERATION WITH THE AMAZONIA'S SPACE.

KEYWORDS: TERRITORIALITY, PERIODS, AMAZONIA.